

ARTIGO

A RELIGIÃO E A CONCEPÇÃO DO SAGRADO PELA ÓTICA DE DAVID HUME

Francisco Elitom R. da Silva

Licenciado em Filosofia UVA
Aluno da Especialização em Filosofia da Religião UVA
Professor de Filosofia da Rede de Educação Básica/SEDUC
Supervisor do PIBID/UVA em Filosofia
elitomsilva@yahoo.com.br

Resumo: A problemática da religião, da concepção do sobrenatural pelo homem, segundo a visão empirista humeana, é o ponto de partida de investigação desse trabalho, que para melhor dar conta dessa empresa foi subdividido em duas partes, a saber: “A origem do homem místico” e “A concepção do sagrado pela experiência empírica”. Na primeira parte discute-se a gênese do homem místico a partir da fundamentação filosófica de Hume, onde este argumenta que não pode haver nenhum conhecimento humano que antes não tenha passado pelo campo da experiência empírica e que o homem tende a buscar sempre uma providência externa na tentativa de compreender a limitação do gênero humano diante das adversidades e mistérios da vida. Dessa forma, a concepção do sobre natural, não poderia ser, senão fruto dos medos e aspirações intermediados pelas paixões humanas. Na segunda parte deste artigo, não independente, mas antes complementar à primeira, será abordado acerca de como o homem concebe o sagrado pela experiência empírica, à luz do pensamento humeano, onde será discutido o termo religião a partir de uma visão cética, mas, no entanto, moderada, que, segundo Hume é de fundamental importância para que se possa compreender melhor os fatores a nossa volta, pois o dogmatismo radical não nos permitiria discutir acerca de algo. Assim, o presente artigo não tem como propósito dar conta totalmente do pensamento filosófico de David Hume acerca do assunto religião, mas expor, mesmo que minimamente, a sua problemática acerca desse assunto. Mas que esse singelo trabalho possa servir de apoio teórico para posteriores pesquisas sobre o assunto.

Palavras-chave: Origem. Místico. Sagrado. Experiência.

INTRODUÇÃO

O pensamento moderno ficou marcado pela inserção do antropocentrismo em detrimento do teocentrismo, cujo homem passou a ser visto como sujeito pensante e reivindica para si a ocupação do seu espaço enquanto tal, ocupando agora o centro das atenções, como indivíduo capaz de criar e transformar a natureza. Esse ambiente torna-se fértil para o afloramento das novas ideias acerca do homem e de sua existência no mundo. Afloram então as ideias filosóficas fundamentadas no empirismo em oposição às fundamentadas em princípios racionalistas e inatistas. Assumindo uma postura cética, fundamentada nos princípios empiristas, David Hume, um dos mais importantes representantes do empirismo Inglês, fundamentou a sua filosofia com a tese de que não pode existir nenhum conhecimento humano que não tenha passado pela experiência

empírica. Isso põe em cheque o dogmatismo religioso de sua época e provoca uma discussão em torno do pensamento religioso, fundamentado, por sua vez na ideia da designação de um ser sobrenatural, assunto esse que o filósofo discute nos diálogos sobre a religião natural.

A problemática religiosa sempre tem sido um assunto muito polêmico para ser discutido, tanto nas rodas de conversas informais quanto no âmbito da academia, posto que esse assunto acaba mexendo com sentimentos acerca da própria identidade do homem, da sua origem. Assim, ao longo da História muitos intelectuais se propuseram a tratar dessa temática. Isso ganha força no iluminismo e ganha importantes representantes, como o filósofo escocês David Hume. É, portando a investigação acerca da religião, na ótica humeana, que se propõe dar conta nesse trabalho, contudo, reconhecendo a sua grandeza filosófica acerca do assunto, compreende-se que é necessário fazer uma pesquisa ampla para melhor dar conta da empresa. Assim, reconhece-se a impossibilidade de se dar conta totalmente do assunto, mas pretende-se ao menos minimamente discutir o mesmo. Para isso, tomaremos como base teórica duas de suas obras, a saber: “O tratado da natureza humana” e “Diálogos sobre a religião natural”. Para melhor compreensão do assunto proposto, o presente trabalho foi dividido em dois subtemas complementares entre si, de modo que no primeiro procuraremos compreender a visão humeana acerca da ideia de homem místico. Na segunda parte discutiremos acerca da existência de um ser sobrenatural a partir da experiência empírica do homem natural.

Filósofo iluminista, considerado um dos mais importantes representantes do empirismo inglês, o escocês David Hume não teve uma relação muito amistosa com a religião de sua época, o filósofo assume uma postura um tanto cética em relação a religião e refuta toda a ideologia cristã, contudo um ceticismo moderado, que, segundo o mesmo é a postura mais correta que devemos ter em relação, não só a religião, mas a respeito de todas as formas de conhecimento postas. Para Hume, a postura cética, deve ser em certa medida, posto que o ceticismo exagerado é prejudicial ao entendimento humano, uma vez que o cético radical não aceitaria sequer as questões mais básicas da própria existência. De outro modo é necessário certa medida de ceticismo diante das verdades postas.

A filosofia humeana nasceu, portanto, do princípio empirista, segundo o qual nada está na mente humana que antes não estivesse nos sentidos. Assim, os seres humanos, segundo Hume, não são justificados pelo conhecimento de Deus, da alma humana ou dos valores morais absolutos que, na concepção desse pensador “não há nenhuma questão de importância cuja resolução não esteja incluída na ciência humana”, (HUME, 1992).

O entendimento de Hume acerca da religião, a qual o filósofo não teve uma relação muito amistosa, não poderia se dá de outra forma, uma vez que na História da natureza Humana, Hume apresenta todos os argumentos possíveis acerca do conhecimento humano, fundamentado em princípios empiristas, na qual Hume refuta todo e qualquer conhecimento fundamentado em princípios sobrenaturais, ou metafísicos. Sendo assim, a compreensão acerca do conhecimento religioso, de como se dá a verdade religiosa para o homem é, antes de tudo a complementação desse percurso empirista “anti-ontológico” do conhecimento de Deus, na concepção humeana. Contudo, vale ressaltar que Hume não pretende, com isso, negar efetivamente a existência de Deus, mas compreender a forma como este é apreendido pela mente humana. O que Hume nega, na verdade é superioridade da religião como algo revelado ao homem e que interfere diretamente na sua vida, do ponto de vista ético, impondo-lhe um comportamento que, muitas vezes, tende a negar sua própria natureza humana.

Tendo por base a ideia de que o conhecimento humano seja fruto da experiência, das relações entre as ideias, a certeza, na concepção de Hume, só pode ser uma crença, que se baseia na repetição de experiências semelhantes, de modo que a observação de certa frequência na repetição de determinado evento causa a ideia de uma frequência constante, dando ao homem concepção de um conhecimento natural, que se sobrepõe ao racional. Sendo assim, o empirismo acaba sendo uma negação da filosofia, uma vez que esta tem como objeto o conhecimento racional do mundo (cf. HUME, 1992, p. 554).

Para Hume, os conteúdos da mente humana não são senão percepções, que, segundo ele, se dividem em duas categorias, a saber: percepções fortes, as sensações e expressões, e percepções mais fracas, as ideias, contudo ambas dependem uma da outra, (cf. HUME, 1992, p. 560). Para o autor, as impressões são as causas das ideias e isso, de certa forma, seria uma negação das ideias inatas. Se não há ideias inatas, então, na ótica

humeana, a religião não tem uma fundamentação racional e nem moral a priori, mas a posteriori. No máximo, segundo ele, se pode pensar algo próximo, ou análogo à inteligência, de modo que não se pode comprovar uma verdadeira conexão entre a religião e a ética. Desse modo, a concepção de Deus se daria pela relação das ideias.

Apesar de assumir uma postura cética e, de certo ponto ambígua, em relação a religião, Hume, ao admitir que um povo sem religião pouco difere dos animais, posto que a capacidade de observar a natureza e formular suas crenças a partir dos fenômenos observados é uma peculiaridade humana necessária à humanidade. Assim, pode-se dizer que o homem é, por natureza, um ser místico, contudo o mistério no qual o homem busca a sua completude e que é inerente à sua natureza, não se fundamenta no inatismo, segundo Hume, mas na experiência empírica. Para o filósofo, o sentimento religioso não é senão uma tentativa de fuga do homem dos seus medos.

Para Hume, as ciências abstratas se restringem ao conhecimento das relações entre ideias e a razão apenas à matemática. Todas as outras investigações se restringem a dados de fato, suscetíveis de constatação, mas não de demonstração. Portanto, o que domina todos esses atos é a experiência e não o raciocínio. Desse modo, as ciências empíricas baseiam-se na experiência, a moral no sentimento, a estética no gosto e a religião na fé. Nesse sentido, a razão só pode ser, segundo o autor, escrava das paixões. Posto que o homem é impulsionado por estas paixões a algo fora da sua realidade empírica. No entanto, esse homem também é psique, na medida em que apreende o conhecimento pelas experiências empíricas e é capaz de, a partir destas, formular ideias acerca do objeto do conhecimento. O que Hume defende com suas ideias acerca do conhecimento humano é o fato de que o homem não é privado de conhecimentos abstratos, mas que esse conhecimento só pode ser fruto da experiência empírica, de modo que o conhecimento de Deus não pode ter a sua origem no inatismo, mas na experiência.

A ORIGEM DO HOMEM MÍSTICO

A religião, ao longo da História da humanidade, de acordo com Hume, mostrou uma oscilação irracional entre o politeísmo e o monoteísmo, fruto da dinamicidade da mente humana que, para o filósofo, “mostra uma tendência

Revista Eros	Ano 1	n. 1	Outubro-Dezembro 2013	p. 36-48
--------------	-------	------	-----------------------	----------

maravilhosa para oscilar entre diferentes tipos de religião, segundo as aspirações apaixonadas da natureza humana” (HUME, 1992). Para esse pensador, foi o politeísmo e não o monoteísmo a verdadeira religião natural do homem¹, sendo o monoteísmo uma evolução natural do homem. Aquela mais livre e acessível ao atendimento das necessidades do homem, esta mais restritiva e modeladora dos comportamentos deste.

O homem, de acordo com a visão humeana, tem uma tendência ao místico, ou à busca por uma explicação acerca daquilo que ele não pode dar conta pela sua limitação humana. Mas se o homem só pode conhecer aquilo pelo qual teve experiência, ou apenas acerca daquilo pelo qual teve contato, diz Hume, como poderia então ele conhecer Deus, um ser abstrato? A resposta, segundo o filósofo, estaria nos medos e esperanças do homem. O fato é que a tendência de qualquer ser vivo é, antes de tudo, a preservação da vida. Assim todas as ações do homem, mesmo aquelas mais simples, têm sempre como objetivo a busca pela melhor forma de sobrevivência ou de conforto. Essa dinâmica da natureza humana tende a se aperfeiçoar na mesma medida em que o tempo passa e as relações entre os indivíduos e estes com a natureza vão mudando. Contudo, isso não ocorre de forma instantânea e nem tão pouca padronizada, mas é um processo que varia no tempo e no espaço, de acordo com cada cultura e com os valores cultivados por um povo. Dessa forma, segundo Hume, quanto mais ignorante for um povo, ou seja, quanto mais desprovido de conhecimento, maior será a sua diversidade religiosa.

O homem místico tem a necessidade de buscar sempre saciar, não só os desejos materiais, mas acima de tudo os espirituais. De modo que este homem busca encontrar na crença um sentido para a vida. Dai a identificação dos deuses com algumas necessidades humanas e com os fenômenos naturais ligados diretamente à sua sobrevivência. O politeísmo é a verdadeira religião natural da humanidade, segundo Hume. Pois suas raízes não poderiam ser outras senão experiência do homem diante das adversidades naturais que o mesmo enfrentava para sobreviver. Posto que este, na concepção humeana, ainda não tinha condições de fazer uma interpretação lógica da natureza. Assim, aquilo que é mais conveniente ao homem vai sendo selecionado como

¹ “Os gregos acreditavam na existência de vários deuses. Estes possuíam forças especiais, porém tinham as qualidades e defeitos dos seres humanos. Os deuses gregos eram imortais e viviam interferindo na vida das pessoas na Terra. Os gregos acreditavam que, muitas vezes, os deuses deixavam o Olimpo (monte onde viviam os deuses) para relacionarem-se com os mortais. Mas a concepção de seres sobrenaturais como uma providência imediata para as questões humanas remonta aos primeiros homens das cavernas, segundo vestígios encontrados ao longo da história da humanidade”.

um modelo. E isso varia de acordo com a época e com a geografia do lugar, onde as condições de sobrevivências são diversas. Nesse sentido, se formos fazer uma retrospectiva histórica das religiões primitivas, da mitologia grega aos povos pré-coloniais, podemos perceber que suas divindades estavam diretamente ligadas às suas necessidades, como os deuses que representavam os sentimentos e aspirações humanos, Afrodite, na Grécia antiga, e os deuses que representavam os fenômenos naturais, como o deus da chuva, nas comunidades primitivas pré-coloniais, por exemplo. Assim, a diversidade de deuses do politeísmo confere ao homem religioso certa liberdade² para escolher suas próprias divindades e professar suas crenças.

Para Hume, o politeísmo, por se originar nas paixões mais primitivas do homem, relacionadas às questões mais básicas de sobrevivência, foi a primeira religião da humanidade, sendo o monoteísmo uma evolução natural do homem devido as repetidas experiências e relação das ideias. Assim, na concepção humeana, o Homem primitivo só poderia conceber deuses que tivessem uma relação direta com o seu cotidiano, daí a identificação desses deuses com as necessidades humanas e com os fenômenos naturais. Assim, diz Hume, a busca do homem primitivo por uma providência sobrenatural se identificava pela aspiração deste homem a uma vida melhor, mais confortável, ou simplesmente pela busca da compreensão dos fenômenos naturais relacionados a sua sobrevivência, como a chuva, por exemplo. Esse fato se evidencia na pelos registros históricos deixados pelo homem que atestam uma diversidade cultural dos diversos povos primitivos, cujas divindades, geralmente estavam ligadas ou a um fenômeno natural, ou a uma necessidade espiritual humana, como sentimentos inexplicáveis à limitação da natureza humana. Esse homem primitivo, segundo Hume, não teria ainda argumentos lógicos para discutir acerca de um Deus criador do universo e de todas as coisas. Contudo, a explicação para a origem do politeísmo estaria, de acordo com Hume, nas esperanças e medos. São essas as causas que levam o homem à crença em algo sobrenatural, fora de sua realidade empírica.

² Refiro-me à liberdade não no sentido político, mas do ponto de vista da liberdade espiritual, onde o homem não tem o “dever” de professar uma fé. Dever esse fundamentado nos valores culturais cultivados pelo grupo, mas tem certa autonomia para buscar aquilo no qual aprendeu a acreditar, o que é diferente na religião revelada, onde os indivíduos, acuados pelo medo causado pelo desconhecido, medo da morte ou até mesmo de desagradar a Deus e perder a salvação, acabam se entregando covardemente a uma doutrina religiosa. Nesse sentido, heroísmo grego de outrora é substituído, no monoteísmo, pela covardia e pelo medo. Do mesmo modo em que a substituição do politeísmo pelo monoteísmo cria certa ética religiosa que passa a interferir diretamente na vida do religioso.

O monoteísmo, ao contrário do politeísmo, tende a ser mais restrito e um tanto privativo de liberdade do homem religioso. Para Hume, a concepção de um Deus único é resultado da evolução natural da mente humana. Contra esse modelo de religião, o filósofo tece pesadas críticas e se coloca contrário aos dogmas cristãos, ideia compartilhada por Friedrich Nietzsche, ao afirmar que o último cristão morreu na cruz³, se referindo à má interpretação do evangelho e ao caráter político assumido pelo cristianismo após a morte de Jesus Cristo.

Do ponto de vista monoteístico, a superstição e a ignorância dos indivíduos são responsáveis pela ideia de um Deus único, segundo Hume, mas devido à propensão idolátrica da natureza humana em idolatrar aquilo que melhor lhe convém, há uma tendência de regresso ao politeísmo. Devido a distância entre o homem, ser limitado, e Deus, ser ilimitado, ideal, supremo, é necessário haver uma intermediação, a religião.

O monoteísmo, ao contrário do politeísmo, que, na concepção de Hume, é mais aberto e democrático, determina e impõe uma moral que tende, na opinião desse filósofo, à manutenção de um status quo e à intolerância religiosa, posto que isso implica numa contradição àquilo que fundamenta a religião no sentido da busca do indivíduo pela supressão de suas dificuldades e conforto futuro. Assim a religião, ao impor uma moral, exigindo do homem total submissão a uma divindade suprema, onde os atos heroicos de outrora são substituídos pela covardia e pelo medo, o que Nietzsche chamaria de religião do terror, quando se referiu ao cristianismo de sua época, esta, ao mesmo tempo se afasta do indivíduo e de suas aspirações, uma vez que o homem “tem uma tendência natural em buscar o conforto, ou aquilo que lhe é mais conveniente, (FLAVIO, 2012. P-45)”.

Do ponto de vista político, percebe-se, com o desenvolvimento monoteísta, que essa forma de conhecimento religioso facilita a manipulação da mente humana, ao mesmo tempo em que possibilita a criação de uma ética religiosa e manutenção do status quo, que, por sua vez, cria e garante a manutenção de uma elite religiosa dominante, que se utiliza da fraqueza e medos da grande massa para garantir a manutenção do poder. Poder esse que dava direito a certos líderes religiosos de

³ Na concepção Nietzscheana, o “Cristianismo (Christenthum) é um mal entendido porque resulta de uma falsa interpretação do Evangelho, da vida de Jesus de Nazaré. “O ‘Evangelho’ morreu na cruz” – isso significa que o mal entendido consiste na fé cristã, tal como esta se apresenta no Cristianismo histórico”.

responder pela divindade suprema⁴, promover a salvação ou declarar a guerra em nome de Deus, como foi o caso das grandes cruzadas contra os Mulçumanos no Oriente Médio. O fato da existência de um Deus único, onipresente, onisciente e onipotente deu ao homem apenas dois caminhos, o da salvação ou o da perdição, cuja escolha do primeiro implica em obedecer aos mandamentos de Deus por meio de seus representantes diretos, o sumo sacerdote, no caso do cristianismo, ou ao seu único profeta, Maomé, no caso do Islamismo. Esta situação causa pânico ao homem, tira a sua liberdade e lhe impõe certos princípios éticos que interfere diretamente na sua vida espiritual e social. Para Hume, esse modelo de religião se sustenta na superstição e no medo humano do desconhecido. Nietzsche, ao se referir ao cristianismo diz ser esta e religião do terror.

A CONCEPÇÃO DO SAGRADO PELA EXPERIÊNCIA EMPÍRICA

Nos diálogos sobre a religião natural, publicada postumamente no ano de 1779, estão segundo a crítica filosófica, as contribuições mais influentes de Hume à filosofia empirista. Na história natural da religião, 1751, “Hume adota uma abordagem naturalista” das manifestações religiosas e oferece um relato pioneiro, em termos antropológicos, psicológicos e históricos da função e da origem das crenças religiosas em diversas épocas e culturas, procurando, desse modo, explicar por que essas crenças estão tão difundidas, embora sejam, segundo ele, do ponto de vista da racionalidade, completamente injustificáveis (cf. HUME, 1992, p. IX). A pergunta que se deve fazer, por tanto, é acerca do que impulsiona o homem à religião. É a partir desse ponto que se pretende buscar, em Hume, a fundamentação filosófica para dar conta dessa resposta.

Ao assumir uma posição cética em relação a religião, Hume não pretende negar a existência de Deus, mas negar uma religião dominante, fundamentada em princípios sobrenaturais, ou metafísicos, e mostrar que a crença religiosa se fundamenta na manifestação da natureza humana e que aquela é uma necessidade do homem, pois, segundo o filósofo, não há um pressuposto da existência de Deus, o que existe mesmo, segundo ele, é uma natureza humana. O conhecimento religioso seria fruto das ideias a

⁴ Refiro-me ao poder dos representantes católicos durante a idade média, onde o papa tinha o poder de vender a salvação e decidir quem iria para o céu ou para o paraíso.

posteriori. E como resultado de uma necessidade humana, as características divinas estariam muito próximas das humanas. Dessa forma, seriam as paixões humanas responsáveis pela impulsão do homem à divindade⁵.

Nesse sentido, “a religião tem um fundamento instintivo: a ideia do divino nasce do medo da morte e da preocupação com a vida futura” (HUME, 1992, p. 576). De modo que a busca do homem por uma providência externa a ele, que dê conta das questões que perpassam a sua limitação humana, como aquelas relacionadas à alma, ao sentimento, ou à questões de natureza substancial, ou seja, a sua concepção de mundo pela ótica mística, religiosa, segundo Hume, não nasceram, dessa forma, da concepção da contemplação das obras da natureza, mas sim de uma preocupação com os acontecimentos relativos à vida e à própria existência na natureza, suas esperanças e medos, inerentes à mente humana diante da diversidade.

De acordo com o pensamento humeano, o conhecimento é limitado pela experiência, que ocorre pela associação de ideias, cujo significado deriva, antes, de uma expressão dos sentidos. De acordo com Hume, não há um caso isolado, instância particular de causa e efeito, nada que possa sugerir a ideia de poder ou de conexão necessária. Para ele, a ideia de causa e efeito se dá pela observação contínua dos pares de eventos. Nesse sentido, as crenças nada mais são do que o resultado da operação natural dos instintos mais que um processo de reflexão. Sendo assim, segundo Hume, “as singularidades que observamos nas questões exteriores aplica-se também a nós”, (HUME, 1992). É, portanto, a observação da frequência com que ocorrem os fenômenos naturais que passamos a formular ideias acerca desses eventos, segundo esse pensador.

Apesar de adotar uma postura cética e negativa em relação a religião, como o já discutido acima, Hume não era declaradamente um ateu, por mais que suas atitudes sugerisse isso. O seu problema maior se dá acerca do entendimento da concepção do divino, ou da busca do sobrenatural pelo homem. Ao mesmo tempo em que pretende comprovar a impossibilidade humana de conhecer Deus por intermédio da racionalidade, como um conhecimento imanente à mente humana. Dessa forma, Hume

⁵Nesse mesmo sentido, Feuerbach, em a essência do cristianismo, argumenta que a religião se baseia na diferença essencial entre o homem e o animal, posto que apenas o homem tem religião, o que Hume também defende nos diálogos sobre a religião natural, quando afirma que sem religião, o homem não é muito diferente dos animais. Sendo religião uma criação humana, a partir de seus medos e esperanças, segundo Hume, ficaria claro acerca da criação natural, de que o homem assumiria o papel do criador.

rejeita todos os aspectos centrais do cristianismo de sua época, contudo, ressalva que o ceticismo radical é perigoso ao gênero humano. Assim, segundo ele, tanto o ceticismo dogmático, quanto a crença dogmática acerca da existência de Deus é algo alheio ao entendimento humano, posto que isso ultrapassa os limites da capacidade de conhecimento do indivíduo, posto que aquilo sobre o qual se conhece só é possível no plano empírico, e não no metafísico, como supõe a religião revelada. No entanto, Hume não nega efetivamente a existência de milagres, mas, segundo ele, o homem nunca poderá dispor de uma evidência suficientemente forte para estar certo de que ele de fato ocorreu (HUME, 1992, p. XI).

Assim, Hume rejeita a possibilidade de um argumento a priori que possa dar conta da existência de Deus. Contudo admite, em os diálogos sobre a religião natural, a existência de um ser dotado de inteligência superior, do ponto de vista psicológico, o que, segundo ele, se explicaria pelo fato de “o mundo se assemelhar aos produtos do engenho humano, sua causa, portanto, também deve assemelhar-se às de tais produtos (HUME, 1992, Parte VII)”.

Na concepção de Hume, se Deus é onipotente e onisciente, sumamente bom, como afirma a religião monoteísta, então esse Deus deve querer como ser capaz de conceber um mundo sem sofrimento e mais amistoso para o Homem, porém, dado que este mundo seja repleto de sofrimentos, se há efetivamente somente um criador inteligente no universo, “ele deve, ou não ser totalmente benévolo, ou não ser onipotente”, o que se opõe à concepção designítica de Deus, abordada pelo filósofo nos diálogos sobre a religião natural, concepção essa abordada tradicionalmente pelas religiões. Esse argumento de Hume põe por terra a ideia de que Deus seja o Criador de todas as coisas, em referência ao Deus cristão.

O homem, pelas suas experiências empíricas tem, segundo Hume, um conhecimento limitado do universo, uma vez que este só pode conhecer aquilo que está dentro dos limites do seu entendimento natural. Dessa forma, “a filosofia deveria ser baseada nas nossas observações cotidianas” (TEIXEIRA, 2012). Dessa forma, na ótica Humiana, a religião está muito mais fundamentada na natureza humana do que em um suposto ente sobrenatural. Para Hume, a superstição e o fanatismo vão encontrar na religião a sua maior aliada.

Se a religião, argumenta Hume, é a detentora de verdades absolutas, e sendo esta apenas um ato de fé, motivado pelas paixões individuais, como pode esta então interferir na moralidade e na ética dos indivíduos? Essa pergunta, segundo o filósofo, só pode ser respondida se apelarmos para a natureza humana. Deve-se primeiro tentar compreender o comportamento do indivíduo no seu meio, enquanto ser político e ser natural. Ao fazer-se isso, pode-se perceber que suas atitudes e comportamentos são determinados pela relação deste indivíduo com o meio e com os outros indivíduos desse meio ao qual ele está inserido, que o seu conhecimento acerca de Deus e da sua profissão de fé são frutos da expressão dos sentidos, especialmente das impressões mais fracas, que resulta na formulação de ideias, onde nasce o sentimento religioso no homem. A moral estabelecida entre os indivíduos, por sua vez, é o resultado da simpatia entre estes indivíduos no convívio social, o que não seria possível por uma determinação externa à natureza humana, ou seja, pelos dogmas religiosos, que são diversos entre as religiões.

Na *História natural da religião*, ao investigar a origem do sentimento religioso no Homem, Hume chega à conclusão de que isso só pode estar na própria natureza humana, como o já exposto acima. Mas que para escapar da condenação da Igreja por heresia, ele chega a afirmar, na referida obra, que a existência de Deus poderia ser provada pela razão, e que o cristianismo era a religião verdadeira, o que mostrará o contrário nos diálogos sobre a religião natural, onde busca, por meio do diálogo entre três personagens, mostrar três pontos de vistas diferentes acerca desse assunto para então, através da fala de Fílo, expressar o seu ponto de vista acerca dessa questão.

O homem, segundo Hume, não pode conhecer algo que esteja fora da sua experiência empírica, de modo que tudo aquilo que lhe é estranho, é ao mesmo tempo hostil, pois se não conhece acerca de algo, não pode sobre este formular qualquer juízo de valor, nem tão pouco prever suas implicações futuras. Assim, diante do mistério da vida, nasce a crença, que, por sua vez, se origina na esperança do indivíduo de sair de uma situação de desconforto e, conseqüentemente almejar um futuro melhor, condições de sobrevivência mais amenas e conforto para a alma. O que constitui, na essência, uma fuga do indivíduo da própria realidade, a busca do conforto na crença de um segundo plano existencial, como é o caso daqueles que buscam na religião a salvação da alma e o paraíso para a vida após a morte.

Nos diálogos sobre a religião natural o personagem Fílo, cujos argumentos representam o pensamento de Hume, em diálogo com Cleantes ele faz a seguinte pergunta,

Ora, se admitirmos que Deus é onipotente, tudo o que este deseja deve se realizar, mas os homens e animais não são felizes, então por certo não quer a felicidade de suas criaturas. Do mesmo modo, se sua inteligência for infinita, não poderia errar os meios necessários para atingir determinado fim, entretanto, o curso natural do mundo não tende para a felicidade, de modo que não foi estabelecido para tanto. É a velha questão da teodiceia, inicialmente levantada por Epicuro, que é novamente introduzida, ou seja, se Deus quer evitar o mal e não pode é impotente; se pode e não quer, é maldoso; se pode e quer, de onde viria o mal? (FLAVIO, 2012. P-58).

A indagação de Fílo a Cleantes acerca da comprovação da existência de Deus mostra que essa idealização de um Deus todo poderoso não se sustenta em argumentos sólidos capazes de comprovar a sua existência, ao mesmo tempo em que reforça a ideia da concepção de um ser sobrenatural fundamentada nas experiências vivenciadas pelos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fundamentação filosófica de Hume acerca da religião põe em cheque toda a tradição religiosa monoteísta da revelação e mostra os limites e a dinamicidade da natureza humana na concepção de Deus. Nessa perspectiva, pode-se perceber que o homem, embora um ser natural e limitado, é também um ser místico e é essa visão mística da vida, em acreditar no sobrenatural como forma de supressão das suas necessidades imediatas, sejam elas de cunho sentimental ou material, que dar ao homem um sentido para continuar vivendo.

Ao olharmos o mundo pela ótica humeana, percebemos que toda a história da humanidade no que diz respeito as suas crenças e práticas religiosas, pode-se perceber que tudo resulta de uma necessidade humana relacionada à subsistência da espécie, uma adaptação natural, se é que se pode chamar isso de adaptação, na medida em que o homem vai selecionando, ao longo de sua história, o que lhe é mais conveniente. Isso explica, na visão humeana, a existência de uma diversidade de religiões ao longo da história da humanidade. Contudo tal diversidade não segue uma linha cronológica no que diz respeito a certa evolução, uma vez que, segundo Hume, há

sempre a possibilidade de um regresso na forma de profissão da fé. Uma vez que as condições naturais mudam de acordo com cada época. E nessa mudança o homem tenta sempre uma adequação à nova, mudando assim os seus hábitos.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIACOIA Jr., O. Nietzsche e o cristianismo. In: *Revista Cult*, n. 88. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/nietzsche-e-o-cristianismo/>. Acesso em 03/08/13

FEUERBACH, Ludwig. *A essência do Cristianismo*. Trad. José da Silva Brandão. Petrópolis: Vozes, 2007.

HUME, David. *Diálogos sobre a religião natural*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *História natural da religião*. Trad. Jaimir Conte. São Paulo: UNESP, 2005.

TEIXEIRA, Flavio Luiz. *A crítica de David Hume à religião*. Dissertação [Mestrado]. São Paulo: USJT, 2012. Disponível em: http://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/2013/214.php. Acesso em 01/08-13

Revista Eros	Ano 1	n. 1	Outubro-Dezembro 2013	p. 36-48
--------------	-------	------	-----------------------	----------